

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Edital 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	180341-ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF	ELIANE MATIAS RIBEIRO DA ROCHA	18/06/2026 17:53 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00231594/2026-72

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE

CONTRATANTE:

UASG 180341 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

057.00231594/2026-72

PREGÃO ELETRÔNICO Nº:

EEF-341/0021/26

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 399.611,53 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E ONZE REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

1. Do objeto

UASG 180341 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

057.00231594/2026-72

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº EEF-341/0021/26

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado - EEF, sediada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 548, bairro Canindé, município de São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de equipamentos para saúde (médico, hospitalares e de fisioterapia)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total de cada item;

5.1.2. marca;

5.1.3. modelo;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. garantia;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor *inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema .
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- 6.8.1. item 1: Lavadora Ultrassônica - **R\$ 116,15;**
- 6.8.2. item 2: Autoclave horizontal de bancada para esterilização - **R\$ 294,57;**
- 6.8.3. item 3: Monitor Multiparâmetro - **R\$ 77,64**
- 6.8.4. item 4: Conjunto diagnóstico oto-oftalmoscópico clínico profissional - **R\$ 44,33**
- 6.8.5. item 5: Balança eletrônica digital para pesagem de pessoas - **R\$ 14,34**
- 6.8.6. item 6: Aparelho Ultrassonografia portátil digital - **R\$ 1.284,28**
- 6.8.7. item 7: Cadeira Odontológica (conjunto completo) - **R\$ 208,32**
- 6.8.8. item 8: Carro de emergência hospitalar - **R\$ 26,77**
- 6.8.9. item 9: Foco clínico portátil - **R\$ 19,10**
- 6.8.10. item 10: Equipamento odontológico para endodontia - **R\$ 35,73**
- 6.8.11. item 11: Aparelho de raios X odontológico - **R\$ 121,76**
- 6.8.12. item 12: Escada hospitalar - **R\$ 7,48**
- 6.8.13. item 13: Aparelho ultrassonografia e laserterapia - **R\$ 175,73**
- 6.8.14. item 14: Equipamento para laserterapia - **R\$ 781,71**
- 6.8.15. item 15: Aparelho eletroestimulador neuromuscular - **R\$ 334,85**
- 6.8.16. item 16: Mesa auxiliar hospitalar - **R\$ 110,57**
- 6.8.17. item 17: Mesa fixa profissional - **R\$ 305,91**
- 6.8.18. item 18: Aparelho Tens/Fes portátil de alta performance - **R\$ 36,87**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20.2. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20.3. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta, e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação por correio eletrônico: eefuge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecido pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

12.4.1. Multa Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.4.2. Multa Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, de 16 (dezesesseis) dias até o limite de 30 (trinta) dias;

12.4.3. Multa Moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, de 31 (trinta e um) dias até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.4.4. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

12.4.5. Recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato, será aplicada multa moratória de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

12.4.6. Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

12.4.7. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: dentro da plataforma comprasnet.gov.br e pelo correio eletrônico eefuge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2 A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **emissão de nota de empenho**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.3 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação

14.2.1.3.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja (m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.3.2 a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa[ESP1] no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis..

14.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.3.1. *de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.3.2. *de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;*

14.2.3.3. *de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;*

14.2.3.5. *de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.3.6. *dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.3.7. *de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.*

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de NOTA DE EMPENHO;

14.15.3. ANEXO III – Modelo Referente a Planilha de Proposta;

São Paulo, na data da assinatura digital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIANE MATIAS RIBEIRO DA ROCHA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 17:53:07.

CRISTIANO APARECIDO MARTIN DA SILVA

Agente de contratação

CAMILA GARBI DA ROCHA

Agente de contratação

AMANDA LISLEY DE SOUSA

Agente de contratação

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Termo de Referência 47/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2026	180341-ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF	MONIQUE RAFAEL DE MELO	17/06/2026 07:59 (v 0.16)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00231594/2026-72

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de Materiais Permanente para a Policlínica Central da Escola de Educação Física da PMESP, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Lavadora Ultrassônica	480952	Unidade	1	R\$ 11.615,2512	R\$ 11.615,2512
2	Autoclave Para Esterilização	632188	Unidade	1	R\$ 29.456,5875	R\$ 29.456,5875
3	Monitor Multiparâmetro	446446	Unidade	1	R\$ 7.764,1438	R\$ 7.764,1438
4	Oftalmoscópio	379970	Unidade	4	R\$ 1.108,2900	R\$ 4.433,1600
5	Balança Pesar Pessoas	272933	Unidade	2	R\$ 717,0000	R\$ 1.434,00
6	Aparelho Ultrassonografia	439011	Unidade	1	R\$ 128.428,1772	R\$ 128.428,1772
7	Cadeira Odontológica	407820	Unidade	1	R\$ 20.832,1590	R\$ 20.832,1590
8	Carro De Emergência Hospitalar	410759	Unidade	1	R\$ 2.677,0400	R\$ 2.677,0400
9	Foco Tipo: Clínico, Portátil	482047	Unidade	2	R\$ 954,8792	R\$ 1.909,7584
10	Equipamento Odontológico Tipo: Endodontia, P/ Instrumentação	450465	Unidade	1	R\$ 3.573,3348	R\$ 3.573,3348
11	Aparelho Raios X Uso Médico	416247	Unidade	1	R\$ 12.176,0480	R\$ 12.176,0480
12	Escada Hospitalar	617878	Unidade	3	R\$ 249,2992	R\$ 747,8976

13	Aparelho Ultrassonografia	425235	Unidade	1	R\$ 17.572,8842	R\$ 17.572,8842
14	Equipamento Para Laserterapia	635486	Unidade	25	R\$ 3.126,8250	78.170,6250
15	Aparelho Eletroestimulador Neuromuscular	415956	Unidade	25	R\$ 1.339,4000	R\$33.485
16	Mesa Auxiliar Hospitalar	605526	Unidade	25	R\$ 442,2836	11.057,09
17	Mesa Massagem	351248	Unidade	25	R\$ 1.223,65	R\$ 30.591,25
18	Aparelho Tens/Fes	415961	Unidade	2	R\$ 1.843,5033	3.687,0066

TOTAL

R\$ 399.611,53

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns de utilização nos Setores de Atendimento Médico, Odontológico e de Reabilitação Física desta Policlínica Central, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Aquisição de materiais permanente para a Policlínica Central para suprir as necessidades dos atendimentos médicos, odontológicos e setor de reabilitação física, no ano de 2026.

3. Descrição da solução

3.1. Os materiais a serem ofertados deverão conter as seguintes especificações:

3.1.1 Item 1: **Lavadora ultrassônica** horizontal de bancada, padrão hospitalar e odontológico profissional, destinada à limpeza de instrumentais cirúrgicos, odontológicos, materiais canulados e artigos críticos e semicríticos, por meio de cavitação ultrassônica de alta eficiência, sem finalidade de esterilização ou desinfecção terminal. Equipamento com cuba, tampa, cesto interno, conexões e demais partes em contato com a solução de limpeza confeccionados em aço inoxidável AISI 304 ou material de qualidade superior, admitindo-se gabinete externo em aço inoxidável ou material resistente à corrosão, desde que compatível com uso hospitalar/odontológico profissional. Deve possuir isolamento térmico e acústico para redução de ruídos e perda de calor durante o funcionamento. Capacidade útil de 20 litros, frequência ultrassônica mínima de 40 kHz, com sistema de ultrassom de alta potência e múltiplos transdutores piezo elétricos de alto desempenho, garantindo limpeza uniforme e eficiente inclusive em áreas de difícil acesso, lúmens, articulações, ranhuras e instrumentais canulados. Painel de comando digital microprocessado, com display LCD ou

tecnologia superior, permitindo programação e monitoramento dos ciclos de limpeza, aquecimento, desgaseificação e temporização. Deve acompanhar sistema/régua para limpeza de, no mínimo, 12 instrumentais canulados simultaneamente, com conectores/adaptadores para irrigação interna dos lúmens e tecnologia de fluxo intermitente, conforme aplicável às exigências sanitárias para processamento de produtos para saúde com lúmens.. Sistema de abastecimento e escoamento manual, com válvula de drenagem de alta vazão e filtro de retenção de partículas em aço inox, facilitando o descarte seguro da solução utilizada. Equipamento bivolt automático ou compatível com rede elétrica 220V, com baixo índice de ruído e vibração, proteção contra superaquecimento, fusível/disjuntor de segurança e estrutura adequada para uso contínuo e intensivo em clínicas odontológicas, centrais de material e esterilização (CME), ambulatorios e ambientes hospitalares. Produto com regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário aplicável, conforme classificação de risco do produto, devendo ser apresentado o respectivo número de regularização e comprovação de vigência., manual em língua portuguesa, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no território nacional. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior às especificações descritas.

3.1.2 Item 2: Autoclave horizontal de bancada para esterilização por vapor saturado sob pressão, funcionamento por pré-vácuo, capacidade mínima de 21 litros, destinada à esterilização de instrumentais odontológicos e hospitalares, embalados ou não embalados, compatíveis com esterilização por vapor saturado sob pressão, em clínicas odontológicas, ambulatorios, serviços de saúde e centrais de material e esterilização de pequeno porte. Câmara interna confeccionada em aço inoxidável AISI 304 ou superior, com abastecimento automático de água, secagem eficiente e controle microprocessado digital. Equipamento dotado de painel digital com visor para monitoramento e programação dos ciclos, incluindo no mínimo ciclos básicos, teste Bowie & Dick e teste de vácuo. Deve possuir impressora integrada para rastreabilidade dos ciclos, bomba de vácuo de alta eficiência, sistema automático de segurança, travamento da porta, proteção contra sobrepressão, superaquecimento e falta de água. Acompanha bandejas em aço inoxidável e acessórios necessários ao funcionamento. Produto com registro vigente na ANVISA, assistência técnica autorizada no Brasil e garantia mínima de 12 meses. Equipamento destinado a uso contínuo profissional, com baixo índice de manutenção e alta eficiência operacional. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior às especificações descritas.

3.1.3 item 3: Monitor multiparâmetro pré-configurado ou modular, para uso hospitalar, indicado para monitorização contínua em ambiente de terapia intensiva, emergência, centro cirúrgico e transporte intra-hospitalar. O equipamento deverá ser fornecido com capacidade de monitorização mínima dos seguintes parâmetros: ECG, pressão arterial não invasiva (PNI), saturação periférica de oxigênio (SpO), temperatura e frequência respiratória, todos plenamente funcionais no momento da entrega. Deverá possuir tela colorida LCD, TFT ou tecnologia equivalente/superior, de no mínimo 8 polegadas, com visualização simultânea de curvas e parâmetros numéricos, interface em língua portuguesa ou com simbologia de fácil compreensão, menus intuitivos e configuração rápida de alarmes e funções clínicas. Deverá possuir sistema de alarmes audiovisuais ajustáveis por prioridade clínica, com registro de eventos, histórico de alarmes e armazenamento de tendências dos parâmetros monitorados por período mínimo de 24 horas. Deverá possuir bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas em funcionamento com os parâmetros básicos ativos, além de alimentação elétrica bivolt automática ou compatível com a rede elétrica da unidade requisitante. A monitorização de ECG deverá ser realizada por cabo de 3 ou 5 vias, com apresentação da curva eletrocardiográfica, frequência cardíaca, detecção de eletrodo solto, proteção contra desfibrilação e análise básica de arritmias. O módulo de SpO deverá possuir tecnologia adequada para uso hospitalar, com leitura em situações de baixa perfusão e movimento, devendo o fabricante informar em catálogo, ficha técnica ou manual a faixa de medição e a acurácia declarada. O módulo de PNI deverá permitir medições manuais e automáticas, com ciclos programáveis, apresentação de pressão sistólica, diastólica e média, proteção contra sobrepressão e manguito adulto reutilizável. O parâmetro de frequência respiratória deverá ser obtido por impedância torácica ou tecnologia equivalente. O parâmetro de temperatura deverá possuir, no mínimo, um canal de medição, acompanhado de sensor compatível. O equipamento deverá possuir arquitetura pré-configurada ou modular expansível, permitindo futura ampliação de parâmetros, desde que atendidos integralmente os parâmetros mínimos exigidos nesta contratação. Deverá acompanhar todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo cabo de ECG, sensor de SpO reutilizável, manguito adulto para PNI, sensor de temperatura, cabos de conexão, cabo de alimentação, bateria interna, manual do usuário em língua portuguesa e demais itens necessários indicados pelo fabricante. O produto deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário aplicável, conforme classificação do produto, devendo ser apresentado o respectivo número de regularização e comprovação de vigência. O equipamento deverá ser compatível com normas técnicas e de segurança aplicáveis a equipamentos eletromédicos, incluindo certificação de conformidade quando exigida pela regulamentação vigente. Deverá possuir assistência técnica autorizada em território nacional, garantia mínima de 12

meses e disponibilidade de peças, sensores e acessórios compatíveis. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.4 item 4: -

Conjunto diagnóstico oto-oftalmoscópico clínico profissional, composto por cabeça de otoscópio, cabeça de oftalmoscópio e cabo recarregável compatível, destinado ao uso profissional em ambiente clínico, ambulatorial, hospitalar, odontológico ou assistencial. O sistema de iluminação deverá ser por luz halógena, xenon, LED ou tecnologia equivalente/superior, proporcionando iluminação homogênea, adequada visualização das estruturas examinadas e boa definição de imagem. O cabo deverá ser recarregável, com bateria compatível, acompanhado de carregador ou base de recarga e cabo de alimentação bivolt ou compatível com a rede elétrica da unidade requisitante. A cabeça de otoscópio deverá possuir iluminação por fibra óptica ou sistema equivalente, lente de aumento aproximado de 3x ou superior, janela/lente móvel, deslizante, giratória ou removível para instrumentação, conexão para insuflação pneumática e compatibilidade com espéculos auriculares em tamanhos adulto e pediátrico. A cabeça de oftalmoscópio deverá ser do tipo direto, com disco de lentes corretivas contemplando dioptrias positivas e negativas em faixa adequada ao exame clínico, sistema de ajuste de foco, filtros e/ou aberturas compatíveis com avaliação do fundo de olho, conforme especificação do fabricante. O conjunto deverá acompanhar pera insufladora, espéculos auriculares reutilizáveis ou descartáveis em tamanhos variados, estojo para acondicionamento, cabo recarregável, carregador/base de recarga, cabos de alimentação e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. O produto deverá possuir manual do usuário em língua portuguesa, garantia mínima de 12 meses, assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças, lâmpadas, baterias e acessórios compatíveis. O produto deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário aplicável, conforme classificação do produto, devendo ser apresentado o respectivo número de regularização e comprovação de vigência. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior às especificações descritas, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.5 item 5: **Balança eletrônica digital para pesagem de pessoas**, destinada a uso profissional em ambiente hospitalar, ambulatorial, clínico ou assistencial. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de 250 kg, divisão /resolução de 100 g, sistema de estabilização da leitura e visor digital de fácil visualização. Deverá possuir estrutura resistente, base reforçada e plataforma ampla, com superfície antiderrapante em borracha ou material equivalente, de alta durabilidade, com dimensões compatíveis com uso assistencial e que garantam segurança e estabilidade durante a pesagem. Deverá possuir acabamento resistente à corrosão e ao uso contínuo em ambiente profissional, funções de zero automático, estabilização da leitura, indicação de sobrecarga e, preferencialmente, função tara. A alimentação deverá ser elétrica bivolt automática ou por fonte compatível com rede 110/220V, admitindo-se funcionamento adicional por bateria ou pilhas, desde que mantido o desempenho metrológico do equipamento. O produto deverá possuir aprovação de modelo pelo INMETRO e verificação inicial, declaração de conformidade metrológica ou marca de verificação válida, quando aplicável, conforme regulamentação metrológica vigente para instrumentos de pesagem não automáticos. Deverá acompanhar todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, manual em língua portuguesa, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil, com disponibilidade de peças de reposição. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.6 item 6: **Aparelho de ultrassonografia portátil digital**,

Sistema de ultrassonografia digital portátil de alta performance, destinado ao uso hospitalar, ambulatorial, emergencial e diagnóstico profissional, aplicável às áreas de clínica geral, cardiologia, emergência, vascular, musculoesquelética, ginecológica, obstétrica, partes moles e procedimentos guiados por imagem. O equipamento deverá possuir arquitetura portátil, monitor colorido de alta definição e tela sensível ao toque, preferencialmente articulada, rebatível, rotacionável ou solução equivalente, permitindo adequada visualização em diferentes ambientes assistenciais. Deverá possuir painel de controle físico, digital ou híbrido, com interface intuitiva em língua portuguesa ou simbologia universal de fácil compreensão. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os modos de imagem B, M, Doppler Colorido, Doppler Pulsado (PW), Power Doppler e Imagem Harmônica Tecidual ou tecnologia equivalente, além de recursos de processamento digital de imagem, redução de ruídos, otimização automática, ajuste de ganho, profundidade, foco, frequência e demais parâmetros necessários à obtenção de imagens de alta qualidade diagnóstica. Deverá possuir softwares e pacotes de medidas para aplicações em clínica geral, cardiologia, vascular,

ginecologia, obstetrícia, musculoesquelético e partes moles, incluindo cálculos, medições e geração de relatórios. Deverá permitir a realização de avaliações cardiovasculares básicas, exames vasculares arteriais e venosos, exames musculoesqueléticos e protocolos ultrassonográficos focados para situações de urgência e emergência. O equipamento deverá possibilitar armazenamento interno de imagens e exames, bem como exportação de dados por meio de portas USB, rede cabeada e/ou conectividade sem fio, em formatos compatíveis com uso clínico, incluindo DICOM, JPEG, PNG, PDF ou equivalentes. Deverá ser compatível com múltiplos transdutores multifrequenciais e ser fornecido, no mínimo, com um transdutor convexo multifrequencial para aplicações abdominais, pélvicas, obstétricas e de clínica geral; um transdutor linear multifrequencial de alta frequência para aplicações vasculares, musculoesqueléticas, partes moles e estruturas superficiais; e um transdutor setorial multifrequencial (phased array) destinado às avaliações cardíacas, vasculares e aplicações em medicina de emergência. O equipamento deverá possuir bateria interna recarregável com autonomia mínima de uma hora de operação contínua, acompanhada de fonte de alimentação e carregador compatíveis com a rede elétrica nacional. Deverão acompanhar o equipamento todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo transdutores especificados, cabos, carregadores, bateria, maleta ou solução de transporte, manuais em língua portuguesa e demais itens fornecidos pelo fabricante para operação regular do sistema. A contratada deverá fornecer treinamento técnico-operacional para os profissionais de saúde indicados pela Administração, contemplando operação do equipamento, configurações, armazenamento de exames e aplicações clínicas nas áreas de cardiologia, vascular, musculoesquelética e emergência, com emissão de certificado de participação. O equipamento deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis aos equipamentos eletromédicos, possuir garantia mínima de 12 meses, assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças, transdutores e acessórios durante o período de garantia. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que comprovado, por meio de catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

3.1.7 item 7: Conjunto Odontológico Completo Constituído por Cadeira Odontológica, Equipamento (Equipo), Unidade de Água (Cuspideira), Refletor e Periféricos Integrados. Cadeira Odontológica com acionamento eletromecânico pantográfico ou por fuso linear, motor de baixa tensão (24V), estrutura em aço com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, base estável que dispense fixação ao piso. Estofamento ergonômico, sem costuras, impermeável e lavável. Encosto de cabeça com regulagem de altura e sistema biarticulado. Sistema de segurança contra esmagamento com interrupção automática dos movimentos e comando por pedal multifuncional e independente. Equipamento (Equipo) com braço pantográfico com trava pneumática ou mecânica, mesa ampla com suporte para peças de mão e comandos das funções da cadeira e refletor, dotado de mangueiras lisas, arredondadas e flexíveis. Unidade de Água (Cuspideira) com cuba em cerâmica ou material translúcido de alta resistência, removível para desinfecção, sistema de sucção com filtros de detritos de fácil acesso, acionamento de água para a cuba e porta-copos com regulagem de fluxo. Seringa tríplex acoplada ao equipo, corpo metálico ou em polímero autoclavável, bico removível e autoclavável, funções de água, ar e spray. Micro motor elétrico ou pneumático de alta performance, sistema de encaixe universal tipo Intra, spray de água para refrigeração, controle de rotação e reversão de fluxo. Peça de mão contra-ângulo compatível com o micro motor (sistema Intra), fixação de brocas por trava ou botão (push button), cabeça reduzida, rolamentos de alta precisão, totalmente autoclavável a 135°C. Aparelho de ultrassom odontológico integrado ao equipo ou acoplado, com transdutor piezoelétrico, frequência de operação para raspagem e periodontia, controle de potência linear e ajuste de fluxo de água, acompanhado de chave de aperto e pontas (inserts) autoclaváveis. Jato de bicarbonato integrado ao equipo ou acoplado via conexão rápida, reservatório de bicarbonato de fácil acesso com tampa transparente, ponteira removível e autoclavável a 135°C, com aplicação homogênea e livre de entupimentos. Refletor odontológico com tecnologia LED, intensidade luminosa regulável, braço multiarticulado e puxadores bilaterais autoclaváveis. Equipamento com alimentação bivolt configurável (127V / 220V), frequência de 60 Hz. Exige-se registro vigente na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e certificação do INMETRO (quando aplicável). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da instalação definitiva, com comprovação de assistência técnica autorizada e credenciada pelo fabricante no Estado, assegurando a reposição de peças originais, acompanhado de manual de operação em língua portuguesa. O fornecimento deverá incluir todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, entrega, instalação, testes operacionais, orientação inicial de uso, manual de operação em língua portuguesa e documentação técnica do fabricante.

3.1.8 item 8: Carro de emergência hospitalar para uso profissional em ambiente assistencial, destinado ao acondicionamento, organização e transporte de medicamentos, materiais, equipamentos e acessórios utilizados em atendimentos de urgência e emergência. O carro deverá possuir estrutura confeccionada em aço inoxidável, aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, alumínio ou polímero de engenharia de alta resistência, desde

que compatível com uso hospitalar, limpeza, desinfecção e movimentação frequente. Deverá possuir acabamento liso, resistente à corrosão, de fácil higienização e sem reentrâncias que dificultem a limpeza. Deverá possuir, no mínimo, 03 gavetas deslizantes, com corrediças resistentes, puxadores ergonômicos e sistema de trava simultânea das gavetas com possibilidade de utilização de lacre de segurança. A primeira gaveta deverá possuir divisórias internas para organização de medicamentos e materiais de emergência, removíveis ou ajustáveis, conforme configuração do fabricante. Deverá possuir superfície superior ou bandeja para acomodação de monitor/desfibrilador, com base fixa ou giratória, bordas de contenção ou sistema equivalente de segurança, com capacidade de carga compatível com equipamentos de emergência. Deverá acompanhar suporte para soro, suporte para cilindro de oxigênio medicinal, sem fornecimento do cilindro, e tábua de RCP confeccionada em material resistente, lavável e de fácil higienização. A estrutura deverá possuir rodízios giratórios 360°, resistentes ao uso hospitalar, com movimentação adequada em piso assistencial e sistema de freio em, no mínimo, duas rodas. O carro deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, manual ou instruções de uso em língua portuguesa, garantia mínima de 12 meses, assistência técnica ou suporte técnico autorizado em território nacional e disponibilidade de peças de reposição. O produto deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário cabível, conforme classificação do produto. Caso o produto não esteja sujeito à regularização sanitária, o fornecedor deverá apresentar documentação técnica ou declaração fundamentada que comprove o respectivo não enquadramento. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.9 item 9: **Foco clínico portátil.** O equipamento deverá possuir sistema de iluminação em LED de alta eficiência, com vida útil mínima declarada de 20.000 horas e intensidade luminosa mínima de 20.000 lux, ou faixa equivalente compatível com uso clínico, comprovada por catálogo, ficha técnica ou manual do fabricante. Deverá proporcionar iluminação homogênea, com redução de sombras, baixa emissão de calor e baixo consumo energético. Deverá possuir temperatura de cor compatível com uso clínico, preferencialmente entre 4.000 K e 6.500 K, e índice de reprodução de cor adequado à avaliação visual em ambiente assistencial. Deverá possuir altura ajustável e haste rígida com segmento superior flexível, articulado ou sistema equivalente, permitindo posicionamento preciso, estável e seguro do foco luminoso durante exames e procedimentos. Deverá possuir cabeçote de fácil higienização, preferencialmente com ajuste de intensidade luminosa, por comando no cabeçote, painel, cabo ou sistema equivalente. A base deverá ser estável, confeccionada em metal ou material de resistência equivalente, com acabamento resistente à corrosão e compatível com limpeza hospitalar. Deverá possuir rodízios resistentes, adequados à movimentação em ambiente assistencial, preferencialmente com sistema de freio em pelo menos duas rodas. O equipamento deverá possuir alimentação elétrica bivolt automática ou compatível com a rede elétrica da unidade requisitante, com cabo de alimentação adequado e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Deverá acompanhar manual do usuário em língua portuguesa, garantia mínima de 12 meses, assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças de reposição. O produto deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário cabível, conforme classificação do produto. Caso o produto não esteja sujeito à regularização sanitária, o fornecedor deverá apresentar documentação técnica ou declaração fundamentada que comprove o respectivo não enquadramento. Deverá possuir certificação de conformidade junto ao INMETRO ou organismo acreditado, quando exigida pela regulamentação vigente para equipamentos eletromédicos. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.10 item 10: **Equipamento odontológico para endodontia,** composto por motor endodôntico com localizador apical integrado, destinado à instrumentação mecanizada de canais radiculares e à localização apical, para uso profissional em consultórios, clínicas odontológicas e ambientes assistenciais. O equipamento poderá ser do tipo bancada, portátil ou sem fio, desde que possua display digital LCD, LED ou tecnologia equivalente, com visualização clara dos parâmetros operacionais, interface intuitiva e ajuste digital de velocidade, torque e funções de segurança. Deverá possuir velocidade ajustável em faixa compatível com sistemas endodônticos mecanizados, contemplando, no mínimo, faixa aproximada entre 100 e 600 rpm, ou faixa equivalente/superior conforme tecnologia ofertada. Deverá possuir controle de torque ajustável em faixa compatível com instrumentação endodôntica, devendo o fabricante informar a faixa de torque em catálogo, ficha técnica ou manual. O equipamento deverá ser compatível com sistemas rotatórios contínuos e, preferencialmente, recíprocos, permitindo programação ou seleção de modos de operação conforme o sistema de limas utilizado. O sistema de localização apical deverá possuir leitura em tempo real, indicação visual e sonora, cabos de medição, clip labial, conectores e recursos de segurança para controle da instrumentação, como auto reverse, auto stop, redução automática de velocidade, parada ou reversão automática ao

atingir limite apical programado, conforme tecnologia ofertada. Deverá acompanhar micromotor compatível, contra-ângulo endodôntico compatível com o motor fornecido, autoclavável conforme orientação do fabricante, cabos de medição, clip labial, conectores, chave ou acessório equivalente para manutenção/troca quando aplicável, pedal de acionamento quando compatível com a tecnologia ofertada, bateria recarregável ou fonte de alimentação, carregador e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. O equipamento deverá possuir memória programável ou programas predefinidos, compatibilidade com limas endodônticas mecanizadas de encaixe padrão e sistema de calibração automática, manual ou assistida, conforme tecnologia do fabricante. Deverá possuir manual em língua portuguesa, garantia mínima de 12 meses, assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças, baterias, cabos, contra-ângulos e acessórios compatíveis. O produto deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário aplicável, conforme classificação do produto, devendo ser apresentado o respectivo número de regularização e comprovação de vigência. Deverá possuir certificação de conformidade junto ao INMETRO ou organismo acreditado, quando exigida pela regulamentação vigente para equipamentos eletromédicos sob regime de vigilância sanitária. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.11 item 11: **Aparelho de raios X odontológico com coluna de base móvel**, destinado à realização de exames radiográficos intraorais em consultórios, clínicas odontológicas, ambulatorios ou ambientes assistenciais. O equipamento deverá possuir sistema eletrônico/digital de controle de exposição, com comandos de fácil operação, programação precisa do tempo de exposição e parâmetros compatíveis com radiografia odontológica intraoral. Deverá possuir tensão do tubo na faixa aproximada de 60 a 70 kVp, ou valor fixo dentro dessa faixa, e corrente do tubo compatível com radiografia odontológica intraoral, preferencialmente ajustável ou informada em catálogo/ficha técnica pelo fabricante, permitindo aquisição de imagens com sensores digitais e filmes radiográficos odontológicos. O equipamento deverá possuir tempos de exposição compatíveis com sensores digitais e filmes radiográficos intraorais, podendo dispor de programação por tipo de paciente, região anatômica, dente ou tipo de receptor de imagem, conforme tecnologia do fabricante. Deverá possuir cabeçote com blindagem, filtração, colimador /localizador e demais recursos de radioproteção compatíveis com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis à radiologia odontológica intraoral. Deverá possuir braço articulado com movimentos estáveis e suaves, permitindo posicionamento adequado do cabeçote. A base móvel deverá ser resistente, estável e dotada de rodízios ou sistema equivalente de deslocamento, permitindo movimentação segura em ambiente odontológico. O acionamento deverá ocorrer por controle/disparador com cabo de comprimento suficiente para operação em distância segura, ou sistema equivalente conforme normas de radioproteção aplicáveis. O equipamento deverá possuir alimentação elétrica bivolt automática ou compatível com a rede elétrica da unidade requisitante, com potência, consumo e requisitos de instalação informados em catálogo ou manual técnico do fabricante. Deverá acompanhar todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo coluna/base móvel, braço articulado, cabeçote, disparador/controle, cabo de alimentação, manual do usuário em língua portuguesa e documentação técnica necessária à instalação, testes de aceitação, controle de qualidade e proteção radiológica. O produto deverá possuir regularização vigente junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime sanitário aplicável, conforme classificação do produto, devendo ser apresentado o respectivo número de regularização e comprovação de vigência. Deverá possuir certificação de conformidade junto ao INMETRO ou organismo acreditado, quando exigida pela regulamentação vigente para equipamentos eletromédicos sob regime de vigilância sanitária. O equipamento deverá atender, no que couber, aos requisitos da RDC nº 611/2022 e da IN nº 95/2021 da ANVISA, bem como às demais normas técnicas e de radioproteção aplicáveis à radiologia odontológica intraoral. Deverá possuir garantia mínima de 12 meses, assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças, componentes e acessórios compatíveis. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior, desde que o fornecedor comprove, por catálogo, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante, o atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

3.1.12 item 12: **Escada hospitalar de 2 degraus**, destinada ao uso em ambiente hospitalar, ambulatorial e clínico, com estrutura em aço inoxidável de alta resistência mecânica e à corrosão, garantindo durabilidade, estabilidade e segurança no uso contínuo. Degraus e sapatas com revestimento antiderrapante de alta aderência, proporcionando maior segurança ao paciente e ao profissional durante procedimentos. Estrutura reforçada, com dimensões aproximadas de 45 x 45 x 50 cm e capacidade mínima de carga de 150 kg. Equipamento de uso profissional, com excelente estabilidade, acabamento sanitário de fácil higienização e resistência a processos de limpeza e desinfecção hospitalar. Produto destinado a ambientes assistenciais, com baixo índice de manutenção e elevada durabilidade.

Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior às especificações descritas.

3.1.13 item 13: : **Aparelho de ultrassom e laserterapia** - Equipamento de fisioterapia multifuncional de ultrassom e laser de baixa intensidade, proporcionando tratamentos eficazes e não invasivos para diversas condições musculoesqueléticas. Destinado ao uso em clínicas, hospitais e centros de reabilitação, sendo indicado para a recuperação de pacientes com dor, lesões e condições que afetam o sistema musculoesquelético. Tela sensível ao toque de 7 polegadas, com interface intuitiva para fácil operação. Ultrassom: Frequências Display: de 1 MHz e 3 MHz, para tratamentos em camadas superficiais e profundas dos tecidos. Modos de operação: contínuo e pulsado (16 Hz, 48 Hz e 100 Hz); Intensidade de 1 W/cm² e potência de 2,6 W (1 MHz) e 0,26 W (3 MHz); Área de radiação efetiva (ERA): 2,6 cm²; Laser: Comprimentos de onda: 660 nm (vermelho) e 808 nm (infravermelho); Potência de 100 mW por diodo (totalizando 200 mW). Emissores de luz: GaAlAs e InGaAlP; Operação no modo contínuo; Bivolt automático, compatível com diferentes redes elétricas; Alimentação: 28,5 cm (C) x 25,0 cm (L) x 15,2 cm (A). Possuir protocolos Dimensões aproximadas do Equipamento: programados; Ativação da peça de mão apenas quando em contato com o tecido, Tecnologia de Sensores: protegendo o equipamento contra superaquecimento; Anatômica, leve e resistente à imersão Peça de Mão: temporária; Botão de desligamento de emergência e LED indicador de operação. A garantia do Segurança: equipamento é de 1 ano, e o fabricante oferece suporte técnico especializado. A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada conforme as orientações do fabricante.

3.1.14 item 14: **laser portátil** Aparelho de laserterapia portátil de baixa intensidade, microcontrolado, com emissão nos comprimentos de onda vermelho 660nm e infravermelho 808nm, indicado para fotobiomodulação, analgesia, reparo tecidual, ação anti-inflamatória e cicatrização. Equipamento portátil, leve e ergonômico, com caneta aplicadora, emissão contínua, potência aproximada de 100mW por diodo, alimentação bivolt, bateria recarregável, display digital e protocolos terapêuticos. Deve acompanhar óculos de proteção para operador e paciente, carregador e manual de operação. Registro ANVISA. Conforme Disponibilidade de Mercado; Inclui: Manuais, Garantia de 12 Meses; Protocolos Clínicos, Treinamento.

3.1.15 item 15: **Eletroterapia** - Equipamento microcontrolado de eletroterapia para uso clínico e fisioterapêutico, com no mínimo 04 canais independentes de saída, destinado à aplicação de correntes terapêuticas para analgesia, fortalecimento muscular, reeducação neuromuscular, recuperação funcional e reparo tecidual. O equipamento deverá possuir as correntes terapêuticas TENS, FES, Corrente Russa, Corrente Aussie, Interferencial Bipolar, Interferencial Tetrapolar, High Volt e Microcorrentes, com parâmetros ajustáveis de frequência, largura de pulso, tempo ON/OFF, rampa de subida e descida e intensidade independente por canal. Deve possuir display digital LCD, protocolos pré-programados e protocolos particulares, temporizador programável, teclas soft touch, alimentação bivolt automática e sistema de segurança para interrupção de corrente. O equipamento deverá acompanhar cabos de eletroestimulação, eletrodos de silicone condutivo, cinta elástica para fixação, esponjas, cabo de força, manual de operação e demais acessórios necessários ao funcionamento. Equipamento com registro ANVISA. Com garantia de 12 meses e com treinamento incluso.

3.1.16 item 16: **Mesa auxiliar hospitalar** destinada ao apoio de materiais, instrumentais e insumos em procedimentos clínicos, ambulatoriais, cirúrgicos e de enfermagem, de uso profissional contínuo em ambiente hospitalar. Estrutura confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi de alta resistência, garantindo durabilidade, estabilidade e fácil higienização conforme normas sanitárias vigentes. Superfície lisa, sem arestas cortantes, resistente a produtos de limpeza e desinfecção hospitalar. Deve possuir tampo superior plano com bordas levemente elevadas para contenção de materiais, proporcionando maior segurança durante o uso. Estrutura reforçada com base estável e rodízios giratórios de alta resistência, com sistema de freio em no mínimo duas rodas, garantindo mobilidade e fixação segura. Dimensões compatíveis com uso assistencial (aproximadamente 60 a 90 cm de comprimento), com altura ergonômica adequada ao trabalho em pé ou ao lado de leitos e macas. Produto destinado a uso hospitalar intensivo, com elevada durabilidade, baixo índice de manutenção e excelente acabamento. Deve atender às normas sanitárias aplicáveis, possuir garantia mínima de 12 meses e assistência técnica no Brasil. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior às especificações descritas.

3.1.17 item 17: **Maca fixa profissional** para estética, SPA e terapias corporais, padrão luxo, confeccionada em madeira de alta resistência, com acabamento refinado, estrutura reforçada e design voltado para ambientes

profissionais de alto padrão. O equipamento deverá possuir leito estofado com espuma de alta densidade e espessura reforçada, proporcionando conforto ao usuário durante os procedimentos, revestido em material sintético impermeável, lavável e resistente ao uso contínuo. A maca deverá possuir estrutura fixa com elevada estabilidade, base reforçada com prateleira inferior integrada para apoio de materiais e reforço estrutural, cantos arredondados, pés antiderrapantes e superfícies de fácil higienização. Deverá possuir capacidade estática 450 kg, comprimento aproximado entre 1,90 m e 1,95 m, largura mínima de 0,60 m e altura aproximada de 0,80 m. Encosto reclinável e apoio de cabeça. O equipamento deverá ser compatível com suporte para lençol descartável, indicado para utilização em clínicas de estética, fisioterapia, massagens e SPA, acompanhando escada auxiliar para acesso do usuário. A cor do revestimento poderá ser definida pela administração no momento da aquisição. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Serão aceitos produtos equivalentes, similares ou superiores em qualidade, acabamento e desempenho, desde que atendam integralmente às especificações técnicas descritas.

3.1.18 item 18: **Aparelho TENS/FES portátil de alta performance** para eletroestimulação neuromuscular, destinado à analgesia, reeducação muscular, fortalecimento funcional e recuperação esportiva, com aplicação associada a programas de atividade física, fisioterapia esportiva e reabilitação funcional avançada. Equipamento compacto, leve e portátil, com alimentação por bateria recarregável de alta autonomia, permitindo uso em movimento e durante exercícios funcionais supervisionados, com operação estável e segura. Deve possuir tecnologia de média frequência, com múltiplos modos de estimulação TENS e FES, incluindo protocolos pré-programados para dor, fortalecimento muscular, recuperação pós-exercício e ativação neuromuscular, com possibilidade de personalização de parâmetros terapêuticos. Equipamento com no mínimo 2 a 4 canais independentes, permitindo estimulação simultânea de diferentes grupos musculares, com controle individual de intensidade por canal e ajuste preciso da carga elétrica. Deve possuir conectividade sem fio (Bluetooth ou tecnologia superior), permitindo integração com aplicativo móvel para controle de sessões, monitoramento de parâmetros, registro de histórico de uso e ajuste de protocolos personalizados de treinamento e reabilitação. Painel digital de alta resolução com interface intuitiva, temporizador eletrônico ajustável, e sistemas de segurança com controle progressivo de intensidade (ramp up/ramp down), sustentação e repouso, garantindo conforto e proteção ao usuário durante o uso dinâmico. Equipamento indicado para uso clínico e esportivo de alto desempenho, com aplicação em fisioterapia esportiva, reabilitação ortopédica e neuromuscular, preparação física e recuperação pós-treino. Deve acompanhar eletrodos de alta durabilidade, cabos de conexão, carregador rápido, estojo ou bolsa de transporte reforçada e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Produto com registro vigente na ANVISA, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil. Serão aceitos equipamentos de qualidade equivalente ou superior às especificações descritas.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A Contratada deverá contribuir para promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o artigo 225 na Constituição Federal/88, e em conformidade com o artigo 11 da lei 14.133/2021;

4.1.2. A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.3. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Cruzeiro do Sul, 548, CEP 03033-020, Canindé - SP, Escola de Educação Física - Logística, telefone: (11) 3229-3622, de segunda a sexta feira das 8h as 12h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º)

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual

deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI : Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar : Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.13. Produtor rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação; assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante

8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores .

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 399.611,53

9.1. O valor total estimado para essa contratação é de R\$ 399.611,5383 Trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e três centavos. conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MONIQUE RAFAEL DE MELO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 07:58:55.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2024NE00000

UG	180341 - ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF								
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO								
Data de Emissão	00/00/2024								
CNPJ/CPF/UG	999999999999								
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX								
Endereço									
Cidade				UF		CEP			
Origem Material	1								
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES		
4000XX	18004	061810000000000000	000000000	339030xx	180013	000.000.0100	180000		
No Processo	202400000000		Acordo						
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL		Ref Dispensa	LEI 14123/21					
Licitação	00 - XXXXXXXXX.		Modalidade	1 - ORDINARIO					
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC				
Valor do Empenho R\$	0,00 ()								
Cronograma									
			Mês	Valor					
			00	0.000,00					
Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	0,00	Preço Total	0,00
Descrição: XX									



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	0.000,00
Local de Entrega	AVENIDA CRUZEIRO DO SUL, 548
Data de Entrega	00/00/2024

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	XXXXXXXXXXXXXXXXXX - 180341
--------------------------	-----------------------------

ANEXO III
(PAPEL TIMBRADO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CADMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR MATERIAL	VALOR TOTAL
1	Lavadora Ultrassônica	480952	UNIDADE	1	R\$	R\$
2	Autoclave Para Esterilização	632188	UNIDADE	1	R\$	R\$
3	Monitor Multiparâmetro	446446	UNIDADE	1	R\$	R\$
4	Oftalmoscópio	379970	UNIDADE	4	R\$	R\$
5	Balança Pesar Pessoas	272933	UNIDADE	2	R\$	R\$
6	Aparelho Ultrassonografia	439011	UNIDADE	1	R\$	R\$
7	Cadeira Odontológica	407820	UNIDADE	1	R\$	R\$
8	Carro De Emergência Hospitalar	410759	UNIDADE	1	R\$	R\$
9	Foco Tipo: Clínico, Portátil	482047	UNIDADE	2	R\$	R\$
10	Equipamento Odontológico Tipo: Endodontia, P/ Instrumentação	450465	UNIDADE	1	R\$	R\$
11	Aparelho Raios X Uso Médico	416247	UNIDADE	1	R\$	R\$
12	Escada Hospitalar	617878	UNIDADE	3	R\$	R\$
13	Aparelho Ultrassonografia	425235	UNIDADE	1	R\$	R\$
14	Equipamento Para Laserterapia	635486	UNIDADE	25	R\$	R\$
15	Eletroestimulador Neuromuscular	415956	UNIDADE	25	R\$	R\$
16	Mesa Auxiliar Hospitalar	605526	UNIDADE	25	R\$	R\$
17	Mesa Massagem	351248	UNIDADE	25	R\$	R\$
18	Aparelho Tens/Fes	415961	UNIDADE	2	R\$	R\$

ELABORAÇÃO EM ____/____/2026.
VALIDADE: 60 DIAS.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO:

NOME COMPLETO:

RG:

CPF:

E-MAIL EMPRESA (OBRIGATÓRIO):

TELEFONE FIXO: (XX) _____,

TELEFONE COMERCIAL: (XX) _____,

TELEFONE CELULAR: (11) _____

ENDEREÇO COMERCIAL:

FUNÇÃO:

REGISTRO EM CONSELHO: (SE HOUVER)

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

01- BANCO DO BRASIL

02- AGÊNCIA:

03- CONTA CORRENTE:

(Carimbo da empresa CNPJ, nome, assinatura do representante legal)